



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MODALIDADE - CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº. 03/2018.

O Município de IBEMA, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 80.881.931/0001-85, torna público que realizará licitação CONCORRÊNCIA PÚBLICA, para a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA, DE QUALQUER SEGUIMENTO, NO MUNICÍPIO DE IBEMA - PR, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 287/2017** e normas da Lei Federal de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do disposto neste Edital e as condições desta CONCORRÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se na sala da Comissão Permanente de Licitações do MUNICÍPIO DE IBEMA, situada a AVENIDA NEY EUIRSON NAPOLI, 1426, CENTRO - IBEMA - PR.

1- DISTRIBUIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES

1.1 - Os envelopes contendo documentação e propostas deverão ser entregues até às **10:45 horas** do dia **19/03/2018** no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de IBEMA, Avenida NEY EUIRSON NAPOLI, 1426, Centro, IBEMA – PR, e serão abertos no dia **19/03/2018 às 11:00 Horas**.

1.2 - Não será admitida a entrega das propostas após as 10:45 horas do dia 19/03/2018 para participar do presente certame.

1.3 - Poderão ser obtidos maiores esclarecimentos referente a presente Concorrência Pública, no horário de expediente junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos, através do site www.pibema.pr.gov.br, ou ainda no e-mail licita@pibema.pr.gov.br.

2- DO OBJETO

O objeto da licitação é a escolha da (s) proposta (s) mais vantajosa (s) para **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA, DE QUALQUER SEGUIMENTO, NO MUNICÍPIO DE IBEMA - PR, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 287/2017** 3 - DOS BENEFÍCIOS E INCENTIVOS CONCEDIDOS PELO MUNICÍPIO.

3.1 - Para a implantação e/ou ampliação do empreendimento de que trata esta Concorrência Pública, o Município de IBEMA, nas condições estabelecidas, concederá o seguinte:

I - Parte ideal do terreno rural constituído pelo lote 06-A-1 (seis A um), originário da subdivisão do lote 06-A, destacado do lote 06 da gleba 07, 1ª parte da colônia Guarani, com área de 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados) objeto em área maior da matrícula nº 6711



do livro 2-RG do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas – Pr, com edificação pré moldada construída sobre o imóvel medindo 231 m² (duzentos e trinta e um metros quadrados) e uma casa de alvenaria medindo 45 m² (quarenta e cinco metros quadrados).

3.2 - A Concessão de Direito Real de Uso dos incentivos e/ou benefícios de que trata a Lei se fará pelo prazo de 5 (cinco) anos, após o que, demonstrado e comprovado o efetivo funcionamento da empresa concessionária dentro das obrigações que lhe foram impostas, poderá ser renovado por igual período, tantas vezes quantas for de interesse público e de vontade expressa das partes.

4 - DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS E/OU BENEFÍCIOS E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

4.1 - Os benefícios e/ou incentivos de que trata esta licitação serão concedidos por Concessão de Direito Real de Uso, conforme Lei Municipal nº **287/2017**.

4.1.1 - Os benefícios e/ou incentivos que serão concedidos por concessão de direito real de fazer parte do previsto na lei municipal 287/2017, item I do artigo 1º.

4.1.2- Os incentivos e/ou benefícios serão concedidos para empresas legalmente constituídas, instaladas (com endereço) no município de IBEMA/PR.

4.1.3 – As interessadas deverão efetuar visita técnica para tomar conhecimento das reais condições do imóvel, sendo que as visitas poderão ser agendadas com a Secretaria Municipal Administração, por meio do telefone (45) 3238.1347.

4.1.3.1 - A visita técnica deverá ser feita por representante legal da empresa, em companhia de um servidor da Secretaria Municipal de Administração.

4.1.4 - A beneficiada deverá gerar continuamente o número mínimo de 6 (seis) empregos diretos.

4.1.4.1 – A beneficiada terá que gerar nos primeiros 6 (seis) meses da concessão o número de empregos exigido;

4.1.4.2 – A beneficiada deverá encaminhar semestralmente ao Município:

a) Comprovante de registro de funcionários;

b) Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, sendo CRS-FGTS e Certidão Negativa de Débitos Federais.

4.1.5 – A empresa que receber os incentivos de que trata o presente processo ficará obrigada a:

4.1.5.1 - Arcar com todas as despesas inerentes ao desenvolvimento da atividade e manutenção e adequação de todos os incentivos ora cedidos para pleno funcionamento;



4.1.5.2 – Arcar com despesas de luz e água durante a utilização do imóvel;

4.1.5.3 – Arcar com despesas de manutenção, devendo restituir o imóvel ao Município ao final da concessão nas mesmas condições que o recebe.

4.1.6 - A beneficiada com a Concessão deverá apresentar anualmente à comissão de avaliação e acompanhamento das concessões do Município a documentação exigida no processo concorrência Pública, ou seja, comprovantes de que continua atendendo as normas das Leis e deste edital;

4.1.7 - A beneficiada deverá cumprir a legislação aplicável, especialmente a de proteção ao Meio Ambiente e liberação de operação pelos órgãos fiscalizadores da atividade, de acordo com a atividade desenvolvida, como por exemplo: L.O. do IAP, se for o caso, e quaisquer outras necessárias.

4.1.8 - Após celebração do Termo de Concessão de Uso de responsabilidade do Município, a concessionária terá o prazo de 90 (noventa) dias para iniciar suas atividades, sob pena de extinção da concessão e seus benefícios.

5 - DA CONCESSÃO DE USO E SEUS GRAVAMES.

5.1 – Se, por qualquer circunstância a empresa beneficiada com a concessão dos incentivos e/ou benefícios, interromper ou paralisar suas atividades, não cumprir com o constante do termo de concessão firmado com o Município, ou ainda, for constatado desvio de finalidade, sem expresse consentimento do município, será cobrada multa de 20% (vinte por cento) do valor do investimento do Município e romper-se-á, automaticamente o termo de concessão de direito real de uso, retornando o patrimônio cedido ao município.

5.1.1 – Para fins de cálculo fica estipulado que o imóvel tem avaliação estimada em **R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais)**.

5.2 – Os incentivos e/ou benefícios de que trata este Edital, assim como a Lei nº 287/2017, não eximem o beneficiado do cumprimento da legislação aplicável, especialmente a de proteção ao Meio Ambiente, cabendo ao Município tomar as medidas destinadas ao aperfeiçoamento do desenvolvimento econômico de seu Território.

5.3 – O Município poderá, a qualquer tempo, rescindir o Termo de Concessão de Direito Real de Uso, sempre que se evidenciar prejuízo ou ameaça ao interesse público.

5.4 - A concessionária terá que contratar seguro dos bens cedidos, e provar anualmente, através do fornecimento de cópia da apólice a Secretaria de Administração, sob pena de rescisão do termo de concessão;

5.5 -A Concessão de Direito Real de Uso de que trata esta Lei, se fará pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando a Pessoa Jurídica deverá efetuar a devolução dos bens, objetos da Concessão, ao Município nas mesmas condições que recebeu, salvo os desgastes e



deteriorações do uso regular, ou se pretender continuar a atividade, desde que tenha demonstrado atendimento as leis e edital, permanecer de seu poder;

5.6 - Em não sendo possível a contratação do seguro em razão da atividade ou empreendimento, deverá a beneficiária apresentar cartas de recusa emitida por seguradoras diferentes, anualmente.

5.7 - É vedada alteração do ramo de atividade, alteração societária quando majoritária, a transferência a qualquer título, empréstimo ou locação dos incentivos e/ou benefícios concedidos pelo Município com base nesta Lei, sem prévia justificativa e anuência dos Poderes Executivo e Legislativo, sob pena de cancelamento do Termo de Concessão e/ou Autorização de Uso.

5.8 – Nos casos de venda ou transferência de indústria beneficiada por esta lei e edital, o sucessor gozará dos benefícios pelo período que faltar para completar o tempo concedido inicialmente, desde que cumpridas as obrigações estabelecidas.

5.9 – A empresa beneficiaria perderá os benefícios das leis e edital, antes de decorridos 5 (cinco) anos do início das atividades se:

I – Paralisar, por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos, as atividades, sem motivo justificado e devidamente comprovado;

II – Reduzir a oferta de empregos dos empregados existentes, sem motivo justificado;

III – Violar fraudulentamente as obrigações tributárias e ambientais;

IV – Alterar o projeto original sem aprovação do Município.

6 - DOS PRAZOS

6.1 – Os incentivos (Imóvel – terreno e construção) serão concedidos ao interessado vencedor, por Termo de Concessão de Direito Real de Uso, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, devendo findo esse prazo ser restituído ao Município, no mesmo estado de conservação que receber, salvo os desgastes e as deteriorações do uso regular, bem como durante o período de vigência da concessão de uso, realizar a manutenção, adequação para pleno funcionamento, e a contratação de apólice de seguro, dos bens cedidos sendo beneficiário o Município de IBEMA, cujas despesas correrão por conta do Concessionário, quando a Pessoa Jurídica optará pela devolução dos bens, objetos da Concessão, ao Município nas mesmas condições que recebeu, salvo os desgastes e deteriorações do uso regular, ou optará, se cumprido todos os requisitos estampados no edital de concorrência, por renovar o Termo de Concessão por igual período pelas regras previstas nas Lei Municipal nº 287/2017.

6.2 - A Empresa beneficiada com os incentivos cumprindo integralmente as cláusulas contratuais, após relatório da Comissão de Análise e Parecer, poderá ter o prazo prorrogado.

7 - DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA PÚBLICA



7.1 – DA DOCUMENTAÇÃO

7.1.1 - Para participar da presente Concorrência Pública, os interessados na obtenção dos incentivos e/ou benefícios, na forma de Concessão de Direito Real de Uso, de que trata este Edital, deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, devidamente rubricados e preferencialmente paginados:

a) Contrato Social de constituição da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial, com as respectivas alterações, se for o caso (caso a última alteração seja consolidada fica dispensada a empresa da apresentação das demais alterações, devendo então apresentar esta e o contrato social);

b) Cartão do CNPJ, atualizado;

c) Cartão da inscrição estadual atualizado (ou declaração, em caso de empresa nova, comprometendo-se a efetuar a inscrição antes de iniciar as atividades) ou documento substitutivo;

d) Comprovante de endereço da empresa (contas de água ou luz) (de no máximo 60 dias da data da licitação);

e) Documento comprobatório de regularidade de débitos junto à Receita Federal e Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, emitida RFB – Receita Federal do Brasil e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituído por Lei (certidão Conjunta Federal);

f) Documento comprobatório de regularidade de débitos junto a Receita Estadual;

g) Documento comprobatório de regularidade de débitos junto a Receita Municipal **da empresa e dos sócios**;

h) Documento comprobatório de regularidade de débitos junto ao FGTS;

i) Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituído pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

j) RG e CPF dos sócios. Em caso de associação ou S/A dos diretores;

k) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;

l) Comprovante de Idoneidade Financeira da empresa e dos sócios e/ou diretores;

m) Cópia ou publicação devidamente registrado na Junta Comercial, do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do último exercício em caso de empresa já em funcionamento, e, no caso de empresa nova, Balanço de Abertura;



n) Declaração expressa de pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste edital, na Lei Municipal nº 287/2017;

o) Declaração de que manterão número de funcionários durante vigência do Termo de Concessão;

p) Declaração de que manterá durante a vigência do Termo de Concessão de Direito Real de Uso seguro total dos bens/benfeitorias tendo o Município como beneficiário;

q) Declaração de Idoneidade.

r) Atestado de visita técnica expedido pelo Município, junto a Secretaria Municipal de Administração, em modelo próprio, assinado pelo representante do Município e pelo representante legal da empresa, ou **declaração de dispensa (renúncia) de visita** e vistoria técnica (**Modelo anexo**) emitido pela proponente informando que tomou conhecimento das reais condições do imóvel e que assume total responsabilidade pela formulação da proposta sem visitar o local sendo de sua conta e risco a formulação da proposta.

s) Declaração de que não possui vedações legais decorrentes do exercício de cargos públicos e de inexistência de grau de parentesco impeditivo com agentes políticos, no exercício do mandato, e servidores ou empregados públicos, investidos em cargo de direção, chefia ou assessoramento do poder executivo do Município de IBEMA, em observância a súmula vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/10 – TCE - PR e art. 9º da lei 8.666/93, devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

t) Declaração de que não emprega menor, nos termos do disposto no art. 7, inciso XXXIII da Constituição Federal

7.1.1.2 - Para as empresas que possuem filiais fica determinado que a prova de regularidade quanto a tributos federais e a dívida ativa da união e perante ao INSS deverá ser com o CNPJ da matriz, e demais tributos deverão estar com o número do CNPJ pelo qual a empresa será contratada e posteriormente emitirá notas fiscais, sob pena de inabilitação.

7.1.2 - Durante a sessão de julgamento do processo, caso a empresa concorde com o julgamento da Comissão de Licitações deverá apresentar o TERMO DE RENÚNCIA ao direito de interposição de recurso quanto ao julgamento da fase de habilitação.

7.1.3 – Todos os documentos especificados no item 7.1.1 deste edital, deverão estar em plena validade, e quando apresentados em cópias, devidamente autenticados ou cópia acompanhada do original para conferência pela Comissão de Licitações.

7.1.4 – Quando o documento apresentado não tiver constando em seu corpo qual o prazo de validade, o mesmo será considerado válido desde que sua emissão não seja de prazo superior a 60 (sessenta) dias anteriores a sua apresentação.

7.1.5 - Julgada a documentação das proponentes e definidos os habilitados para a próxima fase passar-se-á ao julgamento das propostas dos licitantes.



7.2 – DA PROPOSTA

7.2.1 - Para o julgamento das propostas e definição da proposta mais vantajosa serão analisados os seguintes itens, dados e comprovações, do que aquela que julgada melhor proposta será declarada vencedora:

- a) Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido;
- b) Matéria prima a ser utilizada e transformada;
- c) Capacidade produtiva da unidade a ser instalada e/ou ampliada;
- d) Mercado consumidor potencial para a comercialização da produção do empreendimento;
- e) Previsão de faturamento, custos, despesas, retorno dos investimentos e geração de tributos;
- f) Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhado de orçamento discriminado;
- g) Previsão de geração de empregos diretos e indiretos;
- h) Previsão de investimentos próprios por parte da proponente.

8 - DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

8.1 - Os elementos a que se refere o item anterior deverão ser apresentados pelos interessados em dois envelopes fechados e lacrados, contendo, na sua parte frontal, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01

MUNICÍPIO DE IBEMA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ___/2018.

HABILITAÇÃO / DOCUMENTAÇÃO

OBS: Correspondente ao item 7.1 deste Edital.

Envelope nº 02

MUNICÍPIO DE IBEMA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ___/2018.

PROPOSTA / DOCUMENTAÇÃO

OBS: Correspondente ao item 7.2 deste Edital.



8.2 - Os envelopes deverão ser entregues no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal conforme cabeçalho do edital.

9 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1 – Os envelopes serão abertos pela Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Prefeito Municipal, junto a Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, facultada a presença dos interessados.

9.2 - Todos os documentos constantes dos envelopes serão obrigatoriamente rubricados pelos membros da Comissão, e pelos concorrentes presentes se o desejarem.

10 - DO JULGAMENTO

10.1 – Após verificada toda a documentação de habilitação e não havendo desclassificação, a Comissão passará para o julgamento das propostas a fim de apurar a mais vantajosa para Município, observando a relação do item 7.2.1 deste edital.

10.1.1 – Será considerada a proposta mais vantajosa a que atingir os seguintes critérios na ordem respectiva:

1º Maior número de empregos diretos;

2º Maior previsão de investimentos próprios por parte da proponente.

10.1.2 – Havendo necessidade de proceder análise mais minuciosa das propostas apresentadas, poderá o Município nomear Comissão Especial para auxílio nos trabalhos.

11 – DOS PRAZOS DE RECURSOS

11.1 – Dos atos da Comissão caberá recurso, consoante o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 – Além dos prazos referidos neste Edital, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, para a adjudicação e homologação do resultado da licitação.

12 – GENERALIDADES

12.1 - Além da submissão a este Edital, às Lei Municipal nº 287/2017 e a Lei Federal nº 8.666/93, os incentivos e/ou benefícios e concessões de que trata esta Concorrência não eximem o concessionário do cumprimento da Legislação vigente aplicável à espécie, especialmente a Tributária, de Proteção ao Meio Ambiente e de Saúde Pública.

12.2 - O Município se reserva o direito de anular e/ou revogar a presente Concorrência Pública, por ilegalidade, ou subsistindo interesse público na sequência do procedimento, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer reclamação e/ou indenização.



12.3 - A fiscalização quanto ao cumprimento das disposições deste Edital e do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, caberá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

12.4 - Somente pessoas Jurídicas poderão participar desta licitação.

12.5 - Serão excluídos do certame os interessados que não atenderem as disposições deste Edital e da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93).

12.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

12.7 - Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda deste Edital e do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, será competente o Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná.

12.8 - São anexos deste edital:

- Lei Municipal nº 287/2017.

IBEMA, 09 de fevereiro de 2018.

ADELAR ANTONIO ARROSI
PREFEITO



MINUTA DO TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE IBEMA, com sede na cidade de IBEMA, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob o nº 80.881.931/0001-85, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) Secretário(a), por delegação do Prefeito Municipal, abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO, firma o presente TERMO DE CONCESSÃO a empresa _____, estabelecida na cidade de _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº _____, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente TERMO DE CONCESSÃO DE USO, em decorrência do Edital Concorrência Pública nº, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA, DE QUALQUER SEGUIMENTO, NO MUNICÍPIO DE IBEMA - PR, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 287/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS BENEFÍCIOS E INCENTIVOS CONCEDIDOS PELO MUNICÍPIO

PARAGRAFO PRIMEIRO - Para a implantação, expansão e/ou ampliação do empreendimento de que trata esta Concorrência Pública, o Município de IBEMA, nas condições estabelecidas, concederá o seguinte:

I - Parte ideal do terreno rural constituído pelo lote 06-A-1 (seis A um), originário da subdivisão do lote 06-A, destacado do lote 06 da gleba 07, 1ª parte da colônia Guarani, com área de 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados) objeto em área maior da matrícula nº 6711 do livro 2-RG do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas – Pr, com edificação pré moldada construída sobre o imóvel medindo 231 m² (duzentos e trinta e um metros quadrados) e uma casa de alvenaria medindo 45 m² (quarenta e cinco metros quadrados).

PARAGRAFO SEGUNDO - A Concessão de Direito Real de Uso dos incentivos e/ou benefícios de que trata a Lei se fará pelo prazo de 5 (cinco) anos, após o que, demonstrado e comprovado o efetivo funcionamento da empresa concessionária dentro das obrigações que lhe foram impostas, poderá ser renovado por igual período, tantas vezes quantas for de interesse público e de vontade expressa das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS E/OU BENEFÍCIOS E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA



PARAGRAFO PRIMEIRO - Os benefícios e/ou incentivos de que trata esta licitação serão concedidos por Concessão de Direito Real de Uso, conforme Lei Municipal nº **287/2017**.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os incentivos e/ou benefícios serão concedidos para empresas legalmente constituídas, instaladas (com endereço) no município de IBEMA/PR.

PARAGRAFO TERCEIRO - A beneficiada deverá gerar continuamente o número mínimo de 6 (seis) empregos diretos nos primeiros 6 (seis) meses da concessão e posteriormente mantê-los até o final da concessão.

PARAGRAFO QUARTO – Obrigações após assinatura do Termo de Concessão

I – A beneficiada terá que gerar nos primeiros 6 (seis) meses da concessão o número de empregos exigido.

II – A beneficiada deverá encaminhar semestralmente ao Município:

a) Comprovante de registro de funcionários;

b) Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, sendo CRS-FGTS e Certidão Negativa de Débitos Federais.

PARAGRAFO QUINTO – A beneficiada fica obrigada a:

- Arcar com todas as despesas inerentes ao desenvolvimento da atividade e manutenção e adequação de todos os incentivos ora cedidos para pleno funcionamento;

– Arcar com despesas de luz e água durante a utilização do imóvel;

– Arcar com despesas de manutenção, devendo restituir o imóvel ao Município ao final da concessão nas mesmas condições que o recebe.

PARAGRAFO SEXTO - A beneficiada com a Concessão deverá apresentar anualmente à comissão de avaliação e acompanhamento das concessões do Município a documentação exigida no processo concorrência Pública, ou seja, comprovantes de que continua atendendo as normas das Leis e deste edital;

PARAGRAFO SÉTIMO - A beneficiada deverá cumprir a legislação aplicável, especialmente a de proteção ao Meio Ambiente e liberação de operação pelos órgãos fiscalizadores da atividade, de acordo com a atividade desenvolvida, como por exemplo: L.O. do IAP, se for o caso, e quaisquer outras necessárias;

PARAGRAFO OITAVO - Após celebração do Termo de Concessão de Uso e fornecimento do maquinário de responsabilidade do Município, a concessionária terá o prazo de 90 (noventa) dias para iniciar suas atividades, sob pena de extinção da concessão e seus benefícios;



CLAUSULA QUARTA - DA CONCESSÃO DE USO E SEUS GRAVAMES.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Se, por qualquer circunstância a empresa beneficiada com a concessão dos incentivos e/ou benefícios, interromper ou paralisar suas atividades, não cumprir com o constante do termo de concessão firmado com o Município, ou ainda, for constatado desvio de finalidade, sem expresse consentimento do município, será cobrada multa de 20% (vinte por cento) do valor do investimento do Município e romper-se-á, automaticamente o termo de concessão de direito real de uso, retornando o patrimônio cedido ao município.

a - Para fins de cálculo fica estipulado que o imóvel tem avaliação estimada em **R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais)**.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os incentivos e/ou benefícios de que trata este Edital, assim como as Lei nº 287/2017, não eximem o beneficiado do cumprimento da legislação aplicável, especialmente a de proteção ao Meio Ambiente, cabendo ao Município tomar as medidas destinadas ao aperfeiçoamento do desenvolvimento econômico de seu Território.

PARAGRAFO TERCEIRO – O Município poderá a qualquer tempo, rescindir o Termo de Concessão de Direito Real de Uso, sempre que se evidenciar prejuízo ou ameaça ao interesse público.

PARAGRAFO QUARTO - A concessionária terá que contratar seguro dos bens cedidos, e provar anualmente, através do fornecimento de cópia da apólice a Secretaria de Administração, sob pena de rescisão do termo de concessão;

PARAGRAFO QUINTO - A Concessão de Direito Real de Uso de que trata esta Lei, se fará pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando a Pessoa Jurídica deverá efetuar a devolução dos bens, objetos da Concessão, ao Município nas mesmas condições que recebeu, salvo os desgastes e deteriorações do uso regular, ou se pretender continuar a atividade, desde que tenha demonstrado atendimento as leis e edital, permanecer de seu poder;

PARAGRAFO SEXTO - Em não sendo possível a contratação do seguro em razão da atividade ou empreendimento, deverá a beneficiária apresentar cartas de recusa emitida por seguradoras diferentes, anualmente;

PARAGRAFO SETIMO - É vedada alteração do ramo de atividade, alteração societária quando majoritária, a transferência a qualquer título, empréstimo ou locação dos incentivos e/ou benefícios concedidos pelo Município com base nesta Lei, sem prévia justificativa e anuência dos Poderes Executivo e Legislativo, sob pena de cancelamento do Termo de Concessão e/ou Autorização de Uso;

PARAGRAFO OITAVO – Nos casos de venda ou transferência de indústria beneficiada por esta lei e edital, o sucessor gozará dos benefícios pelo período que faltar para completar o tempo concedido inicialmente, desde que cumpridas as obrigações estabelecidas.



PARAGRAFO NONO – A beneficiaria perderá os benefícios das leis e edital, antes de decorridos 5 (cinco) anos do início das atividades se:

I – Paralisar, por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos, as atividades, sem motivo justificado e devidamente comprovado;

II – Reduzir a oferta de empregos em dois terços dos empregados existentes, sem motivo justificado;

III – Violar fraudulentamente as obrigações tributárias e ambientais;

IV – Alterar o projeto original sem aprovação do Município.

CLAUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

PARAGRAFO PRIMEIRO – Os incentivos (imóvel e benfeitoria) serão concedidos ao interessado vencedor, por Termo de Concessão de Direito Real de Uso, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, devendo findo esse prazo ser restituído ao Município, no mesmo estado de conservação que receber, salvo os desgastes e as deteriorações do uso regular, bem como durante o período de vigência da concessão de uso, realizar a manutenção, adequação para pleno funcionamento, e a contratação de apólice de seguro, dos bens cedidos sendo beneficiário o Município de IBEMA, cujas despesas correrão por conta do Concessionário, quando a Pessoa Jurídica optará pela devolução dos bens, objetos da Concessão, ao Município nas mesmas condições que recebeu, salvo os desgastes e deteriorações do uso regular, ou optará, se cumprido todos os requisitos estampados no edital de concorrência, por renovar o Termo de Concessão por igual período pelas regras previstas nas Lei Municipal nº 287/2017.

PARAGRAFO SEGUNDO - A beneficiada com os incentivos cumprindo integralmente as cláusulas contratuais, após relatório da Comissão de Análise e Parecer, poderá ter o prazo prorrogado.

CLAUSULA SEXTA – RESCISÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - O presente TERMO poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Infringência de qualquer obrigação ajustada;

b) Liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONCESSIONARIA.

c) Se a CONCESSIONÁRIA, sem previa autorização do MUNICÍPIO, transferir, emprestar ou locar, interromper ou paralisar as atividades, desviar a finalidade, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste TERMO.



d) e os demais mencionados no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

PARAGRAFO SEGUNDO - No caso de o MUNICÍPIO precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente TERMO, ficará a CONCESSIONÁRIA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do valor estimado dos benefícios, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor estimado dos benefícios.

PARAGRAFO TERCEIRO - Caso a concessionária deixe de exercer suas atividades pelo período de 60 (sessenta) dias durante a vigência do Termo sem justificativa que comprove paralisação dos trabalhos.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PARTES INTEGRANTES

PARAGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº e na proposta apresentada pela empresa ora CONCESSIONÁRIA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARAGRAFO SEGUNDO - Serão incorporados a este TERMO, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo MUNICÍPIO e CONCESSIONÁRIA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLAUSULA OITAVA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONCESSIONÁRIA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

IBEMA, data _____

PREFEITO MUNICIPAL

CONCESSIONÁRIA



À COMISSÃO DE LICITAÇÃO CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade sob nº _____ e CPF sob nº _____, a participar do procedimento Licitatório nº, _____ sob a modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, instaurado por esta Prefeitura. Na qualidade de representante legal da empresa _____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

IBEMA, em _____



À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório número _____, sob a modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, instaurado por esta Prefeitura, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

IBEMA, _____

EMPRESA _____



À COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO TERMO DE RENÚNCIA

EMPRESA _____ abaixo assinada, participante da licitação número _____, na modalidade PÚBLICA, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de propostas de preço dos proponentes habilitados.

IBEMA, _____

EMPRESA _____



DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA
(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Nome)responsável legal da empresa:, CNPJ nº
..... Endereço:
..... Fone:
.....Fax: E-mail:
.....

Declara que renuncia à Visita Técnica ao local objeto de concessão do Edital nº XX/201X, e o responsável técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições do imóvel e benfeitoria, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que sendo de nossa total responsabilidade pela formulação da proposta sem visitar o local por nossa conta e risco.

CIDADE, de de 201x.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

Carteira de Identidade:

Órgão Expedidor:



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Comprovante de Entrega de Licitação

Referente ao Edital de Licitação Nº 03/2018

de: 09/02/2018

- a) CONVITE ()
- b) TOMADA DE PREÇOS ()
- c) **CONCORRÊNCIA (x)**
- d) ALIENAÇÃO ()
- e) PREGÃO ()

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA, DE QUALQUER SEGUIMENTO, NO MUNICÍPIO DE IBEMA - PR, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 287/2017

Abertura dia: 19/03/2018

às 11:00h

Recebemos do MUNICÍPIO DE IBEMA, cópia do EDITAL acima referido.

LICITANTE: _____

MUNICÍPIO DE: _____

E-MAIL: _____ FONE: _____

RECEBIDO EM: _____ / _____ / _____

Carimbo e Assinatura: _____

SENHOR LICITANTE:

Visando a comunicação futura entre o Município e vossa empresa, solicitamos preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Licitações, pessoalmente ou por meio do e-mail: licita@pibema.pr.gov.br.

A não remessa do recibo exime o Setor de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais